

FUNDAÇÃO CULTURSINTRA FP

RELATÓRIO DE AUDITORIA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

I. INTRODUÇÃO

Nos termos da legislação aplicável, emitimos o presente relatório de auditoria relativo ao trabalho efetuado nas contas da FUNDAÇÃO CULTURSINTRA FP (a entidade), referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2023.

II. ÂMBITO

Efetuámos o trabalho de revisão legal da FUNDAÇÃO CULTURSINTRA FP e o exame às contas relativas ao exercício de 2023, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 13 de março de 2024.

III. TRABALHOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Fundação bem como da sua divulgação no anexo;
- Obtenção dos esclarecimentos considerados necessários junto dos serviços da Fundação;
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras e das demonstrações orçamentais com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte e com as normas contabilísticas aplicáveis;
- Realização de testes de conformidade e substantivos, com o âmbito, extensão e profundidade considerados adequados às circunstâncias

IV. NOTAS E COMENTÁRIOS AO TRABALHO EFETUADO

1. Ativos fixos tangíveis

A rubrica ativos fixos tangíveis registou um aumento de cerca de 520.000 euros (cerca de 700.000 euros respeitam a aquisições e cerca de 180.000 euros respeitam às depreciações do período).

Efetuámos teste documental às aquisições ocorridas no período, tendo verificado que na sua maioria respeitam a obras na Quinta da Regaleira. Em 31 de dezembro estão em curso obras no montante de cerca de 350.000 euros.

Do cruzamento entre os veículos registados em ativos fixos tangíveis e a informação retirada do portal da AT, não identificámos divergências.

Validámos os mapas de depreciações e amortizações no que respeita à conformidade das taxas aplicadas e cruzamento com os valores brutos e variações ocorridas no período, com resultados satisfatórios.

Verificamos ainda que existem itens com antiguidade elevada e totalmente depreciados, pelo que recomendamos uma inventariação para aferir da existência dos mesmos.

2. Ativos intangíveis

Nesta área, efetuámos teste documental às aquisições e amortizações do ano, não existindo situações a assinalar.

3. Inventários

Efetuámos teste documental às aquisições do ano, com resultados satisfatórios e verificámos a valorização do inventário.

Face ao período homólogo, verifica-se um aumento dos inventários em cerca de 20%, que se justifica pela aquisição de mapas.

4. Outras contas a receber

Esta rubrica é constituída essencialmente por acréscimos de proveitos de juros de depósitos a prazo e receita por receber relativa à exposição “Dino on the road” que teve lugar na Quinta da Ribafria.

5. Diferimentos

Esta rubrica inclui seguros de naturezas diversas liquidados em 2023 cujo gasto é referente ao período de 2024. Os testes efetuados à especialização dos seguros demonstraram que esta foi corretamente efetuada.

6. Caixa e depósitos bancários

A caixa central tem um fundo fixo de 1.000 Euros para fazer face às pequenas despesas de economato e 145 fundos de caixa para colaboradores e que totalizam 1.800 euros. O restante valor respeita, na sua maioria, a receitas que apenas foram depositadas em 2024. Os testes efetuados nesta área apresentaram resultados satisfatórios.

Efetuámos a circularização das instituições bancárias e analisámos as respetivas reconciliações bancárias.

7. Património líquido

No período de 2023 os únicos movimentos no património líquido foram a aplicação do resultado líquido de 2022, no montante de 5.169.220,8 euros, para resultados transitados e execução de uma garantia no montante de 9.360,6 euros.

8. Provisões

Este montante é relativo a ação administrativa interposta pelo Arquiteto João Cruz Alves, tendo sido devidamente provisionado em 2018. O processo inicial foi encerrado e foi iniciado novo processo no Juízo do trabalho de Sintra, por o primeiro Tribunal se declarar incompetente para o julgamento da matéria em questão. De acordo a informação obtida, nomeadamente dos advogados, o processo está adequadamente provisionado. Não temos indicação de outros processos.

9. Financiamentos

Da análise do Mapa de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal e da resposta das instituições bancárias verificámos que a Fundação não apresenta responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2023.

10. Fornecedores

Analisámos a composição dos saldos e efetuámos procedimentos alternativos para validação dos mesmos a 31 de dezembro de 2023, com resultados satisfatórios.

11. Estado e Outros Entes Públicos

Nesta rubrica, verificámos que as obrigações declarativas e de pagamento foram cumpridas dentro dos prazos legais. Verificámos os pagamentos subsequentes dos montantes em dívida em 31 de dezembro.

Analisámos ainda as certidões de não dívida da Segurança Social, da Autoridade Tributária e da Caixa Geral de Aposentações, as quais referem que a Fundação tem a sua situação contributiva e tributária regularizada.

12. Outras contas a pagar

Nesta rúbrica destacam-se os saldos referentes à especialização do subsídio de férias e férias referentes a 2023, a liquidar em 2024 e ainda os acréscimos de gastos referentes a faturas de 2024, mas cujo gasto é referente ao período de 2023. De salientar que, o montante mais significativo em acréscimos de gastos respeita à renda variável do 4º trimestre (339.640,18 euros). Não existem situações a reportar.

13. Vendas e prestações de serviços

Face ao período homólogo, verificámos um aumento significativo nas vendas e nas prestações de serviços em cerca de 58%. Este montante é constituído essencialmente pela venda de ingressos para visita à Quinta da Regaleira.

Nesta área efetuámos diversos procedimentos, nomeadamente análise dos SAFT's de faturação. Efetuámos o cruzamento entre os SAFT's de faturação e os saldos presentes na contabilidade não tendo sido detetadas diferenças.

Analisámos ainda os saltos na numeração e teste aos preços praticados, com resultados satisfatórios.

14. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica aumentou cerca de 108% face ao período homólogo, sendo a principal razão a renda variável no montante de 1.644.846,57 euros resultante de aditamento ao contrato de arrendamento da Quinta da Regaleira. Efetuámos uma análise dos gastos relativos a fornecimentos e serviços externos através de um processo de amostragem, com resultados satisfatórios.

Analisámos também as deliberações do Conselho Diretivo e os requisitos relativos à contratação.

15. Gastos com pessoal

Nesta área efetuámos testes ao processamento de salários e aos encargos, com resultados satisfatórios.

16. Transferências e subsídios concedidos

Esta rubrica é composta por gastos no âmbito do Protocolo de colaboração com o Município de Sintra para a realização do 57º Festival de Sintra.

17. Outros gastos

Esta rubrica contém essencialmente o apoio às associações do concelho de Sintra, efetuados de acordo com o deliberado pelo Conselho Diretivo. Os testes efetuados nesta área revelaram-se satisfatórios.

Não queremos finalizar este relatório sem expressar uma palavra de agradecimento ao Conselho Diretivo da FUNDAÇÃO CULTURSINTRA FP assim como aos serviços que nos prestaram todo o apoio necessário para o desempenho do nosso trabalho.

Linda-a-Pastora, 13 de março de 2024

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º. 31 e registada na CMVM com o n.º. 20161386)

representada por

Vera Margarida Sebastião Martins

(ROC n.º. 1306 e registada na CMVM com o n.º. 20160916)